

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Prefeitura Municipal de Porto Murtinho

LEI Nº 948 DE O6 DE NOVEMBRO DE 1.992

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE LOTES INTEGRANDO LOTEAMENTO PARQUE RESIDENCIAL JOCKEY CLUB, DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO DE PORTO MURTINHO, DESTINADO À PESSOAS DE BAIXA RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO, ESTADO

DE MATO GROSSO DO SUL,

ele sancionou a seguinte Lei:

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e

Art. 1º - Fica o Chefe Executivo autorizado a alienar 182 (cento e oitenta e dois) lotes que compoem o loteamento popular Parque Residencial Jockey Club, de propriedade do Municipio de Porto Murtinho, na forma da planta e memorial descritivo que integram a presente Lei.

§ 1º - O preço de cada lote sera de Cr\$. 1.300.000,00 (Hum milhão e trezentos mil cruzeiros), cujo pagamento poderá ser financiado em até 50 (cinquenta) parcelas mensais e consecutivas;

§ 2º - O valor da lª parcela corresponderá ao resultado da divisão do preço mencionado no parágrafo anterior pela quantidade de parcelas objetivadas pelo comprador;

§ 3º - As parcelas serão corrigidas a cada período de 04 (quatro) meses, na mesma proporção do reajuste concedido ao salário mínimo;

§ 4º - A Alienação será formalizada através do Contrato de Compromisso de Compra e Venda, com cláusula de irretratabilidade, que, dentro de 30 (trinta) dias de assinatura, deverá ser averbado no Cartório'''



## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL FL. 02 Prefeitura Municipal de Porto Murtinho

de Registro de Imóveis, sob pena de cancelamento. A escritura pública somente será lavrada após o pagamento total do valor do lote;

§ 5º - O não pagamento de O3 (três) parcelas concecutivas implicará em rescisão do contrato referido no paragrado anterior, sem direito a qualquer indenização.

Art. 2º - Os interessados em adquirir um lote do loteamento referido no artigo anterior, deverão se cadastrar, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação desta Lei, através do preenchimento de requerimento que se encontrará à disposição na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, juntando ao mesmo prova de:

- I ser brasileiro, através de Certidão de Registro Civil, ou estrangeiro em situação regular no país, mediante a apresentação de Carteira de Identidade Permanente;
- II que não é proprietário de imóvel, urbano ou rural, no Município de Porto Murtinho, na forma de Certidão Negativa do Cartó rio de Registro de Imóveis;
- III ter renda mensal líquida de no mínimo 02 (dois) e, no máximo, 03 (três) salários-mínimos, incluídos os rendimentos do cônjuge e de outros dependentes, mediante a apresentação de "hollerith" ou declaração fornecida por empregador;
  - IV que reside em Porto Murtinho há pelo menos 12 (doze) meses, contados a partir da publicação desta Lei, através de Declaração firmada por 03 (três) testemunhas idôneas.

w5:.



## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Prefeitura Municipal de Porto Murtinho

Art. 3º - Finde o prazo de cadastramento

de

que trata o artigo 2º desta Lei, será realizada seleção dos interessados inscritos, obedecendo-se a seguinte ordem de preferência:

I - maior número de filhos;

II - maior idade;

III - maior tempo de residência em Porto Murtinho;

IV - a critério da Administração Municipal.

Art. 4º - Ficarão os adquirintes dos lotes de terrenos mencionados no artigo lº desta Lei, mediante cláusula contratual, obrigados a construir no imóvel sua residência, no prazo de 02 (dois) anos, cujas obras deverão iniciar-se num prazo máximo de 06 (seis) meses, a contar da data de formalização do respectívo contrato de compromísso de compra e venda.

Art. 5º - Às alienações de que trata esta Lei, aplicam-se as normas de Contratos Administrativos, bem como as previstas pelo Código Civil Brasileiro, e em especial, pelo Decreto - Lei nº 58 de 10 de dezembro de 1.937

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em secondada de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em secondada de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em secondada de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em secondada de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em secondada de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em secondada de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em secondada de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em secondada de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em secondada de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em secondada de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em secondada de sua publicação de sua publicação

P. Murtinho, MS, 06 de novembro de 1.992

Heitor Miranda dos Santos

- Prefeito Municipal -